

Órgão de divulgação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Servidores públicos federais de Mato Grosso debatem mínimo em Brasília



A luta por um salário mínimo digno. Com essa intenção, 46 servidores públicos federais de Mato Grosso embarcaram no último dia 15 de fevereiro rumo à Brasília, a fim de participarem da votação do

novo salário mínimo, no Congresso Nacional. Eles se juntaram a milhares de trabalhadores de todo o país, que integraram o movimento liderado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), que defendia o au-

mento para R\$ 580. Esta é a primeira vez na história que servidores do Estado vão à Capital Federal para participar da mobilização.

(Página 2)

Corte de 50 bilhões ameaçam direitos de servidores federais

(Página 3)



Servidores públicos federais de Mato Grosso contarão com viatura nova

(Página 3)

MDA garante que INCRA não será dividido

(Página 3)

Servidores federais de todo o país cruzarão os braços no próximo dia 01



(Página 3)

Servidores públicos federais de Mato Grosso debatem mínimo em Brasília

A luta por um salário mínimo digno. Com essa intenção, 46 servidores públicos federais de Mato Grosso embarcaram no último dia 15 de fevereiro rumo à Brasília, a fim de participarem da votação do novo salário mínimo, no Congresso Nacional. Eles se juntaram a milhares de trabalhadores de todo o país, que integraram o movimento liderado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), que defendia o aumento para R\$ 580. Esta é a primeira vez na história que servidores do Estado vão à Capital Federal para participar da mobilização.

Horas a fio, deputados federais e senadores discutiram o reajuste do salário mínimo, onde ficou fixado o novo valor de R\$ 545 - reajuste de R\$ 35. "São 50 centavos a mais

por dia. É um absurdo um salário desses. Por isso, continuaremos a defender uma política de reajuste dos salários de forma justa, sem perdas para o trabalhador", observou o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT), Carlos Almeida.

Pessedebistas advogaram pelo aumento para R\$ 600, proposta defendida pelo candidato José Serra (PSDB) durante o período eleitoral. Entretanto, os 18 partidos que formaram o arco de aliança encabeçado pela candidatura da presidente Dilma Rousseff (PT) votaram favorável a proposta do Governo Federal. Com a aprovação do novo valor, o impacto previsto do reajuste proposto pelo Governo será de apenas R\$ 6 bilhões nos cofres públicos.

Contudo, apesar da pres-

ção exercida pelo Sindsep-MT, juntamente com a Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais (Condsef) e CUT, não ter resultado em um aumento maior do salário mínimo, Almeida avalia como positiva a participação da categoria no processo de discussão. "É bom ver que os servidores públicos federais de Mato Grosso estão comprometidos com o movimento sindical e pela luta da classe trabalhadora. Em 2012 marcamos presença novamente nesse debate", sinalizou.

Carlos se surpreendeu com o grande número de servidores que procuraram o Sindicato, a fim de participarem da caravana. "Gostaríamos que os mais de 80 servidores que se dispuseram viajar conosco pudessem ir. Mas, devido ao alto custo da viagem,



isso não foi possível, apesar da ajuda financeira concedida pela CUT de Mato Grosso

na locação do transporte. Esperamos que no próximo ano possamos levar todos, para

engrossar o coro dos trabalhadores de todo o país", destacou Almeida.

Demonstração do Resultado SIND. DOS SERV. PÚBLICOS FEDERAIS DE MT

33.710.088/0001-94
Período: 31/01/2011

Receitas Brutas de vendas e/ou serviços

RECEITAS		
MIN PLANEJAMENTO	292,61	
EXERCITO	6.257,67	
MIN EDUCACÃO (MEC)	24,42	
MIN AGRICULTURA	3.364,35	
MIN FAZENDA	3.113,76	
MIN JUSTIÇA	48,60	
POLICIA FEDERAL	33,08	
MIN AERONÁUTICA	62,69	
MPAS/SAS	215,51	
MIN SAUDE	10.332,47	
MINISTÉRIO DO TRABALHO	2.124,28	
UFMT	352,56	
FUNAI	7.617,89	
M M E	111,52	
D N P M	48,94	
FUNASA	12.931,32	
A N V S	58,20	
D N I T	802,66	
AGU	262,32	
IBAMA	1.336,04	
MIN COMUNICAÇÕES	628,05	
INCRA	8.566,71	
MIN TRANSPORTES	4.257,00	
INSS	1.110,48	
MIN MARINHA	232,00	
CONAB	1.580,06	
D P R F	98,56	
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	1.424,54	
INSTITUTO CHICO MENDES	47,28	
SICOOB APLICAÇÃO	229,07	
CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO	163,41	67.728,05
(=) Receita Líquida		67.728,05
(=) Superávit Bruto		67.728,05
(-) Despesas Operacionais		
DESPESAS TRABALHISTA		
SALÁRIOS	4.650,22	
FGTS	734,40	
INSS	3.766,87	
VALE TRANSPORTE	575,00	
ASSISTÊNCIA MÉDICA	451,60	
AJUDA ALIMENTAÇÃO	1.250,00	
ESTAGIÁRIA SETOR JURÍDICO	1.430,00	
AJUDA DE CUSTO PRESIDENTE	15.457,44	
AJUDA DE CUSTO DIRETORES	2.100,00	
GRATIFICAÇÃO COMISSIONADA	1.400,00	
ANUÊNIO	79,58	31.895,11

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

TELEFONIA E TELECOMUNICAÇÕES	3.293,25	
ENERGIA ELÉTRICA	613,13	
ÁGUA E ESGOTO	36,41	
LANCHES E REFEIÇÕES	223,95	
DESPESA C/ COMBUSTÍVEL	275,19	
DESPESA C/ ESTACIONAMENTO	8,00	
CORREIOS E POSTAGENS	2.403,15	
VIAGENS E ESTADIAS	5.148,82	
MANUTENÇÃO PROVEDOR INTERNET	344,69	
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	4.200,00	
CUSTAS PROCESSUAIS	650,00	
KENTEL PLUS ALARME	195,00	
CONCERTOS E REFORMAS	100,00	
MENSALIDADE COPIADORA	300,00	
MENSALIDADE SOFTWARE NETSPEED	84,36	
JORNAL O COMPROMISSO	1.400,00	
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	2.500,00	
AJUDA DE CUSTO	1.510,00	
CUT NACIONAL	1.500,00	
BISA SIST AUTOMAÇÃO LTDA	850,00	
DESPESAS MANUTENÇÃO	90,00	
CONFRATERNIZAÇÃO NATAL ÓRGÃOS	800,00	
CONFRATERNIZAÇÃO NATAL	170,00	
PROCESSO ELAINE ZANDEVALLI	1.500,00	
SINDSEPAM	1.000,00	29.195,95
DESPESAS FINANCEIRAS		
TARIFAS DE MANUTENÇÃO DE CONTA	21,00	
TARIFAS BANCÁRIAS	53,72	74,72
DESPESAS TRIBUTÁRIAS		
IRR - IMPOSTO DE RENDA FONTE	43,23	43,23
(=) Superávit Operacional		6.519,04
(=) SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		6.519,04

MARIA DE JESUS DA SILVA
CONTABILISTA
C.R.C. : MT-009536-0-4 / C.P.F. : 766.765.601-00

CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA
PRESIDENTE
R.G. : 474000 SJ/MT / C.P.F. : 349.054.641-53

SIND. DOS SERV. PUBLICOS FEDERAIS DE MT (0xx65) 3023-9338

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do SINDSEP-MT

Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho, nº 82, bairro Poção. CEP: 78 015-630, Cuiabá/MT

Telefones: (65) 3023 6617 / 3023 9338 - e-mail: sindsepmt@gmail.com

Jornalista Responsável: Hugo Fernandes DRT/MT 1663

Telefone (65) 8417-0670 e-mail: imprensa@sindsepmt.org.br

Diagramação/Edição de Arte: Mario Pulcherio Filho - 9214-8099

Fotos: Chico Venâncio

DIRETORIA EXECUTIVA: CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA - PRESIDENTE - FUNASA; ROOSEVEL MOTA - VICE-PRESIDENTE - INCRA; DAMÁSIO DE SOUZA PEREIRA - 1º SEC GERAL - CGU; ADÉLIO DA SILVA JÚNIOR - 2º SEC GERAL - DSEI-XAVANTE; EDSON LUIS DOS SANTOS - 1º TESOUREIRO - GRA; GILDÁSIO FERREIRA GOMES - 2º TESOUREIRO - SRTE; JOSÉ LUIS DA SILVA - 1º SEC. DE ADM. - MAPA; FRANCISCO LOPES FILHO - 2º SEC. DE ADM. - SVS/ROO; IDIVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA - 1º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - PRF; JOSENEICE AUX. TAVARES SIQUEIRA - 2º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - MAPA; ARY CÉZAR NERIS - 1º SEC. FORM. SIND - TRANS/ROO; ADERBAL CASTRO QUEIROZ - 2º SEC. FORM. SIND. - 9º BEC; IRACI OLIVEIRA FERREIRA - 1º SEC. INTERIOR - FUNAI; BENEDITO ASSIS DA SILVA - 2º SEC. INTERIOR - SVS/CÁCERES; MARINÉZIO SOARES DE MAGALHÃES - 1º SEC. IMP. E COMUN. - GRA; ARCÍLIO DE BARROS FILHO - 2º SEC. IMP. E COMUN. - INCRA/CBÁ; IZABEL SANTANA DA SILVA - 1º SEC. APOS. E PENSION. - TRANS/CBÁ; ENILDO GOMES - 2º SEC. APOS. E PENSION. - FUNAI; JOÃO DE DEUS DA SILVA FILHO - 1º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; IDIO NEMÉZIO DE BARROS - 2º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; SELMO JACINTO DE OLIVEIRA - 1º SEC. ANIST. E DEDITIDOS - CONAB; JOACIRA SANTANA RODRIGUES DE ALMEIDA - 2º SEC. ANIST. E DEDITIDOS - CONAB; ELIETE DOMINGOS DA COSTA - 1º SEC. DE CULTURA - SRTE; HERONILDES FRANCISCO VIEIRA - 2º SEC. DE CULTURA - 9º BEC. SUPLENTE DE DIREÇÃO: DONATO FERREIRA DA SILVA - DSEI/CBÁ; SAMUEL FERNANDES DE SOUZA - SUS/ROO; LUIZ EDUARDO DE FREITAS BUENO - SVS/ERS/CBÁ; FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO - INCRA; JOSÉ MARIA SILVA E ARRUDA - SVS/CBÁ; SEBASTIÃO PINTO DA SILVA - MIN. TRANSP/CÁCERES. CONSELHO FISCAL TUTELAR: JOÃO GALDINO DE SOUZA - ERS/CBÁ; JUAREZ JUSTINO DE BARROS - DSEI/CBÁ; MARIZE FRANCISCO DE ARRUDA - DNIT/CBÁ. SUPLENTE DE CONSELHO FISCAL: GEOVANO SANTOS MOREIRA - SVS/NORTELÂNDIA; MOACIR MÓDULO - SVS/TANGARA; ANTONIO SANTANA DO ESPIRITO SANTO - 9º BEC

Corte de 50 bilhões ameaçam direitos de servidores federais

Os servidores públicos federais já demonstraram como será a resposta de toda a classe trabalhadora diante da ameaça da retirada de direitos e da precarização das condições de trabalho por parte do governo e dos patrões. No dia 16 de fevereiro, 25 entidades representativas dos servidores, com destaque para a Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais (Condsef) que protagonizou a unidade entre essas entidades sindicais, reuniram 10 mil trabalhadores do serviço público em passeata na Esplanada dos Ministérios, no lançamento da Campanha Salarial 2011.

Entre as entidades estão a CUT, CNTSS, CST-Consultas, Assibge, Fenasps, Fasubra, Andes e Fenajufe. O anúncio do governo de corte de R\$ 50 bilhões no setor de custeio do orçamento deste ano motivou os sindicatos de todo o país, que rumaram para Brasília



em caravanas. Os eixos principais da Campanha Salarial de 2011 são: derrotar qualquer proposta de reforma que traga prejuízos aos serviços públicos, em especial a nova reforma da Previdência, através do PL 1992/2007, que institui a previdência complementar no serviço público.

Outra bandeira é a luta pela regulamentação da negociação coletiva no setor público, pelo direito irrestrito de manifestação e greves, pelo cumprimento dos acordos não cumpridos pelo governo Lula nas mesas de negociação, pela pa-

ridade entre ativos e aposentados, pela mudança da data-base dos servidores para 1º de maio, pela derubada dos projetos de lei que estão no Congresso Nacional que são contra os interesses dos trabalhadores, como o PLP 549, que restringe gastos com pessoal até 2019, e pode ser analisado como congelamento salarial, já que o governo acha que o salário dos servidores deve estar de acordo com o "mercado", e por isso é gordura que pode ser cortada.

Outro Projeto de Lei nocivo aos servidores é o

PL 248, que institui a demissão por insuficiência de desempenho. Hoje, os servidores são avaliados anualmente por comissões autoritárias (não têm participação paritária dos servidores) e, caso tenham duas avaliações negativas seguidamente ou três intercaladas, poderão ser demitidos sumariamente. Essas avaliações, porém, não têm por objetivo melhorar o rendimento do servidor, mas puni-lo por um rendimento que não depende dele. O governo quer fazer publicidade de uma eficiência que o serviço público de qualquer Estado capitalista não tem, pois seu compromisso fundamental é garantir a propriedade privada dos meios de produção e não a manutenção de um serviço público gratuito, de qualidade e para todos.

Para formular essa política de pessoal, o governo está instituindo um fórum durante o qual vários projetos de gestão serão

criados. Esse fórum trabalhará com institutos privados como o Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), idealizado e gerenciado pelo empresário Jorge Gerdau. Como se fosse a raposa tomando conta do galinheiro. Outra ameaça aos serviços públicos é o já conhecido PL 92, que trata da criação das fundações de direito privado, que trata da privatização de instituições públicas, principalmente na área da saúde, e que já está acontecendo nos hospitais universitários e no Instituto Nacional do Câncer.

Ao final do ato público, as 25 entidades entregaram ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) documento com as principais reivindicações da categoria e solicitaram uma audiência com a ministra Miriam Belchior, que naquele momento se encontrava no Ministério.

A Condsef lembrou que, no ano passado, assi-

nou junto com a CUT e o MPOG um memorial contendo todo o histórico das negociações pendentes dos servidores de sua base, que somam 80% dos servidores do Executivo federal (mais ou menos 800 mil servidores). As entidades, agora, estão programando uma nova rodada de mobilizações para o dia 13 de abril, em Brasília.

Nessas reuniões ficou clara a importância da unidade para a continuidade da luta, no governo e no Congresso Nacional, para resistir aos ataques do governo, que tenciona colocar sobre os trabalhadores o ônus da crise do capitalismo, e conquistar os pontos da pauta de reivindicações que garantam melhorias nas condições de trabalho e, conseqüentemente, uma melhor prestação de serviços à população. A construção da greve geral dos servidores não está descartada.

Fonte: Da Assessoria Condsef

Servidores federais de todo o país cruzarão os braços no próximo dia 01

Hugo Fernandes

Com informações da CUT

Os servidores públicos federais de todo o país estão em alerta e prontos para mais uma grande mobilização com finalidade de impedir o avanço do Projeto de Lei Complementar (PL) 549/09, que limita gastos com pessoal no setor público congelando salários do funcionalismo pelos próximos 10 anos. Uma nova paralisação nacional de 24h está prevista para o dia 01 de abril.

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais de

Mato Grosso (Sindsep-MT) chama a atenção para os efeitos catastróficos do projeto que desmonta qualquer cenário favorável a um ambiente de negociação e a um serviço público de qualidade, pois limita os acordos que estão em andamento; determina que o aumento das despesas com pessoal até 2019 ficará limitado ao reajuste com base na inflação do ano anterior mais 2,5% do aumento real da folha de pagamento, comprometendo investimentos básicos como correção do vale-alimentação, planos de saúde e até



mesmo serviços de infraestrutura, como reformas nos prédios públicos e materiais de escritório, além de limitar a realização de novos concursos. O fantas-

ma do arrocho salarial conduzido pelo PL 549/09, não coloca em jogo apenas o salário do servidor, mas o futuro do serviço público como um todo.

MDA garante que INCRA não será dividido

Hugo Fernandes

Após centenas de veículos de comunicação de todo o país divulgarem informações repassadas pela Confederação Nacional das Associações dos Servidores do Incra (Cnasi) sobre o projeto de desestruturação do Instituto, avançado por setores do Governo Federal, a Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) descartou a possibilidade de divisão ou extinção



do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A garantia foi dada durante audiência convoca-

da pela Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais (Condsef).

De acordo com a Secretaria-Executiva, o que o governo está fazendo no momento é definir algumas políticas que busquem erradicar a pobreza extrema, como Reforma Agrária, ordenamento fundiário, regularização fundiária e fomento de segurança alimentar, neste sentido, serão preciso instrumentos eficazes que busquem inclusive as 600 mil famílias dispersas

por todo o país que são inviáveis as políticas públicas. E que há um grande desafio do MDA e do INCRA na implementação destas políticas.

A Condsef cobrou não só a participação dos trabalhadores na construção de projetos que busquem o fortalecimento do INCRA, como também uma agenda que busque discutir a valorização dos servidores e abertura de concursos públicos para permitir o funcionamento adequado da Instituição.

Servidores públicos federais de Mato Grosso contarão com viatura nova



O Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) adquiriu uma nova viatura neste mês. O veículo atenderá a demanda da entidade e dos profissionais que, eventualmente, precisarem do apoio da instituição para resolverem suas pendências com os órgãos. O Pálio Weekend zero quilômetro está registrado com o nome da instituição, que encontra-se com o nome limpo.

Em seu primeiro mandato, Carlos Almeida assumiu a presidência do Sindicato atolado em dívidas. "Tive que usar o meu nome para resolver muitas coisas do Sindsep. Depois de colocar as contas em ordem, sinto-me honrado em poder comprar uma viatura nova e, ainda mais, registrá-la no nome da instituição", pontuou o presidente.



Entrevista com o secretário-geral da Condsef, Josemilton Costa

O Compromisso - Qual a posição da Condsef em relação ao corte de R\$ 50 bilhões anunciado pelo governo?

JC - A nossa posição é contrária pois estes cortes irão atingir diretamente os serviços públicos. Como sempre pagamos o pato. Os trabalhadores da administração pública e a classe operária que precisam desses serviços. Enquanto isto os banqueiros continuam obtendo lucros exorbitantes.

O Compromisso - Que fatores contribuíram para a mobilização dos 10 mil que estiveram em Brasília na lançamento da Campanha Salarial em fevereiro?

JC -As ameaças de cortes no orçamento, o PL-549 que congela em 10 anos os investimentos no serviço público, o descaso do Governo no tocante a retomada das negociações, foram os principais motivos de colocarmos 10 mil trabalhadores (as) em pleno mês de férias. Isto demonstra a disposição da categoria.

O Compromisso - O que os sindicatos da base

da Condsef devem fazer para ajudar a ampliar a mobilização para o dia 14 de abril?

JC - Todos devem investir no dia 13/04. Não só somente os nossos sindicatos, mais também as outras entidades que não chogaram o devido peso no mês passado. É possível colocarmos 20 mil em Brasília, se todos acreditarem na força dos trabalhadores (as)

O Compromisso - Como os servidores vão ganhar a simpatia e o apoio da população na Campanha Salarial deste ano?

JC - Temos que deflagrar uma campanha de esclarecimentos a população sobre o que significa o PL-549, PL-092 e convencer a população que estamos do seu lado para proporcionar melhores serviços públicos.

O Compromisso - Como tem sido a interlocução e o trabalho das 25 entidades unificadas na Campanha?

JC - Temos conseguido dialogar com maturidade com as demais entidades do setor público. A prova está na campanha salarial/2011, unificada que lançamos no mês passado e a marcha que faremos no dia 13/04.

O Compromisso - Você tem idéia de quantos servidores essas 25 entidades representam?



JC - As vinte e cinco entidades representam a totalidade dos servidores federais, ou seja mais de um milhão e quinhentos (ativos, aposentados e pensionistas).

Reforma sindical urgente, afirma ministro do TST em entrevista

Recém-empossado no cargo, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), João Oreste Dalazen, classifica como urgente uma reforma sindical. Em entrevista exclusiva ao Correio, ele avisa que pretende ser um "interlocutor privilegiado", junto ao Poder Legislativo, na condução das mudanças no setor. Seu principal objetivo é que o Brasil se adeque à Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da liberdade sindical e da proteção do direito de sindicalização. Para Dalazen, a proteção básica do trabalhador deve partir do Estado.

O novo mandatário da Justiça do Trabalho ainda defende a reforma das leis processuais que regem a Justiça Trabalhista e critica a ineficiência das normas que acabam por protelar o direito dos cidadãos e por criar o que chama de fenômeno do "ganha, mas não leva", quando o empregado vence a causa e não recebe a quantia que o empregador lhe deve. Confira os principais trechos da entrevista.

O senhor tomou posse já sugerindo uma reforma sindical e também nas leis trabalhistas. O que fará para concretizá-las?

Sou a favor da reforma sindical e entendo que ela é a principal e a mais urgente para o aprimoramento das relações trabalhistas. Espero ser um interlocutor privilegiado na consecução desse propósito. A iniciativa nesta matéria é parlamentar, porque o tema é exclusivo do Legislativo. E pressupõe a ratificação da convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho, de modo a assegurar plena liberdade sindical em nosso país.

As leis trabalhistas estão ultrapassadas?

A legislação trabalhista cumpriu, efetivamente, um papel histórico que eu considero extraordinário. Mas carece de uma atualização e de uma suplementação para atender às atuais demandas da economia e da sociedade. A legislação material trabalhista, notadamente as normas que regem os contratos individuais de trabalho, é da década de 1940. É detalhada, complexa, vasta, profusa e também rígida, inflexível. O ideal seria que construíssemos sindicatos mais fortes, que ostentassem poder de barganha, poder de negociação frente às empresas, para que os próprios empregados negociassem boa parte dos direitos que hoje estão assegurados na legislação. O Estado jamais poderá se omitir de intervir de algum modo nas relações trabalhistas. O direito do trabalho se ocupa pri-



mordialmente da proteção do trabalhador economicamente mais fraco na relação jurídica. A proteção básica vem do Estado. O que sucede é que o Estado em nosso país é excessivamente intervencionista nessa relação. Deixa pouco espaço de negociação para os interessados. Isso é indesejável.

Nesse período de dois anos de gestão, o que o senhor pretende implantar para melhorar a Justiça Trabalhista no Brasil?

O foco principal na área administrativa está centrado na implantação do processo digital em âmbito nacional. Hoje, temos um embrião do processo eletrônico. Já demos os primeiros passos rumo à informatização plena da Justiça do Trabalho. Houve inegáveis avanços, mas precisamos implantá-los em definitivo e de forma efetiva em todas as 1.377 varas e nos 24 tribunais, de modo que haja uma interoperabilidade entre os diversos órgãos. Esse é o nosso sonho e será a menina dos meus olhos do ponto de vista administrativo para a gestão que se inicia.

Quais as outras propostas de sua gestão?

Defendo uma reforma processual na legislação trabalhista, que está desatada e clama por mudanças urgentes, porque há alguns pontos de estrangulamento, o que não é aceitável do prisma social e econômico. Esses pontos estão centrados na execução trabalhista e no TST. Temos 2,85 milhões de processos trabalhistas paralisados na fase de execução.

O senhor citou números em seu discurso de posse...

Para se ter uma ideia da gravidade disso, os números oficiais revelam que, de cada 100 reclamantes que obtêm ganho de causa em definitivo, em decisões transitadas em julgado, apenas 31 recebem o crédito. Os outros 69 não têm êxito. Considerando que o crédito trabalhista é de natureza alimentar e, portanto, vital, isso denota a gravidade desse fenômeno, que vulgarmente se conhece como "ganha, mas não leva". É altamente inquietante para mim, como presidente do TST, defrontar-me com essa taxa de congestionamento na execução trabalhista.

Como tornar a Justiça trabalhista mais célere e fazer com que o trabalhador tenha seus direitos assegurados?

Precisamos dotar o credor trabalhista do arsenal jurídico de que já dispõe o credor cível no processo civil, com mecanismos muito mais eficazes para cobrança do crédito na execução. A CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), da década de 1940, foi elaborada sob as luzes do Código de Processo Civil de 1939. Depois, veio o de 1973, que já foi várias vezes reformado e está prestes a ser revogado. Ou seja, temos quase dois códigos de processo civil implantados em nosso país sem que a CLT tenha sofrido grandes reformulações. Isso é uma amostra do grau de defasagem da legislação processual trabalhista.

O senhor mencionou a criação da certidão negativa de débito trabalhista. Como funcionaria?

A aprovação de um projeto de lei que institui a certidão negativa de débito trabalhista, que será expedida eletrônica e gratuitamente. Hoje, para participar de uma licitação, o cidadão não precisa demonstrar que está quite com a Justiça do Trabalho. Mas, no instante em que houver esse requisito para participar de concorrências ou pregões eletrônicos, é evidente que o devedor virá à Justiça quitar as pendências.

Como foi a carreira do senhor até chegar ao cargo de presidente do TST?

Eu sou um homem que veio de baixo. Desenvolvi todos os ofícios que você possa imaginar. Fui engraxate, vendedor ambulante de guloseimas, livros e revistas. Em certa fase, fui lavador de carros. Fui vendedor, cobrador, garçom e office boy. Depois, prestei inúmeros concursos.

Fonte: Correio Braziliense

Reunião no MS é cancelada

A reunião que estava prevista para ocorrer nos últimos dias 10 e 11 de março, no Ministério da Saúde, foi cancelada. O presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT), Carlos Almeida, chegou a viajar à Capital Federal, mas foi informado na última hora do cancelamento. Contudo, a diretoria da instituição, juntamente com o apoio da Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais (Condsef) tenta remarcar o encontro. A reunião serviria para tratar sobre o desempenho dos Servidores Públicos Federais, além da insalubridade.

Calendário de Reuniões

Dia 25 – Reunião Conselho Deliberativo
Dias 26 e 27 – Seminário de Planejamento e Estratégias dos Departamentos da Condsef
 Calendário Atividades Nacionais
Dia 13 – Marcha para Brasília
 Dia 14 – Plenário Servidores Públicos Federais da Condsef
Dia 15 – Reunião Ampliada da Coordenação